

URBANIZAÇÃO, (CONTRA)DESENVOLVIMENTO E DIREITO À CIDADE

Urbanization, (counter-)development and right to city

Igor Catalão*
Maria Angélica Magrini**
Paula Lindo***

***Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS / Chapecó, Santa Catarina**
igor.catalao@uffs.edu.br

****Universidade Federal de Uberlândia - UFU / Ituiutaba, Minas Gerais**
angelicamagrini@ufu.br

*****Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS / Erechim, Rio Grande do Sul**
paulalindo@gmail.com

RESUMO

O modo de produção capitalista, tendo atingido seu ápice neste começo de século, apresenta grandes desafios à humanidade, em especial àquela parcela que vive nas cidades e se confronta com as contradições da vida cotidiana. As transformações da urbanização têm conformado uma lógica de desenvolvimento que combina ampliação do consumo nas/das cidades e reprodução das desigualdades socioespaciais, o que intensifica os processos de diferenciação. Considerando as contradições dialéticas que se manifestam na política e na economia, inclusive espacialmente, propomos: um (contra)desenvolvimento como meio de combater as desigualdades e as injustiças espaciais; e a busca pelo direito à cidade como luta revolucionária. A proposta é construída a partir da análise de um conjunto de temas entrecruzados que emergem das atividades de pesquisa e reflexão teórica. O texto se apresenta como a síntese de reflexões oriundas da pesquisa em grupo, sendo ele próprio uma proposta de agenda de pesquisa de caráter teórico-metodológico e, por esta razão, focado na construção de um pensamento sobre a cidade e o urbano a partir de um conjunto – não exaustivo nem completo – de temas que consideramos importantes chaves de leitura do tempo-espaço presente.

Palavras-chave: Urbanização. Desenvolvimento. Diferenciações socioespaciais. Produção do espaço urbano. Direito à cidade.

ABSTRACT

Capitalism, while achieving its top in this beginning of century, presents great challenges to humankind, especially for people living in cities and who is confronted to its contradictions in daily life. The transformations of urbanisation have been producing a perverted logics of development that combines increase of consumption in/of cities and reproduction of socio-spatial inequalities. That intensifies processes of differentiation. Considering the dialectical contradictions manifested in politics and economy, with full clear spatial manifestations, we propose: a (counter)development as a way of struggle against spatial inequalities and injustices; and the seek for the right to city as a revolutionary struggle. This plan is built from the analysis of a set of interconnected themes that emerge from research and reflection activities. The text is presented as a synthesis of reflections built up in group researches, being itself a theoretical-methodological research agenda. Because of this, the text is focused in the construction of a thought on city and urban from a non-exhaustive set of themes that we consider important reading keys of the current time-space.

Keywords: Urbanisation. Development. Socio-spatial differentiations. Production of the urban space. Right to city.

1 INTRODUÇÃO

A conscientização é uma complexa acumulação de lições da experiência gerada pelo contexto mutável dos eventos materiais (PEET, 1982, p. 237).

Vivemos num mundo cada vez mais urbanizado e cheio de contradições relativas tanto às disjunções socioespaciais produzidas no âmbito da vida urbana, cuja sociabilidade se assenta cada vez mais nas lógicas da sociedade de consumo, quanto às desigualdades oriundas do desenvolvimento do capitalismo como modo de produção dominante. Essas contradições demarcam não apenas o modo como a vida social se desenrola, mas também os posicionamentos científicos necessários ao seu enfrentamento, seja do ponto de vista do entendimento dos processos, seja no que concerne às propostas de mudanças apresentadas.

Num texto já clássico, escrito no final dos anos 1970, Peet (1982), ao criticar as abordagens teórico-metodológicas tradicionais da Geografia e dos seus movimentos de renovação de matriz quantitativa, chamava a atenção para a necessidade de uma ciência radical que estivesse comprometida com questões socialmente relevantes e que avançasse no enfrentamento da compreensão e denúncia das estruturas complexas do desenvolvimento geograficamente desigual do capitalismo, especialmente inscritas no âmbito da relação centro-periferia, da escala da cidade à dos conflitos entre os então chamados Primeiro e Terceiro Mundos. Numa compreensão semelhante, Wettstein (1992, p. 29) afirmava que:

[...] a tensão entre povos dependentes e países exploradores, entre subdesenvolvimento e desenvolvimento capitalista, é a mais peremptória e a que mais sacode todas as nações do mundo (a real “contradição antagônica” de nosso tempo), sendo necessário posicionar-mos corretamente diante desse tema (grifo nosso).

Posicionar-mos corretamente significa, para nós, no tempo presente, recuperar o gérmen radical plantado por um grupo de geógrafos que, como Peet, defendiam que não há neutralidade possível dentro da ciência, pois “toda Ciência, e especialmente a Ciência Social, serve a algum propósito político” (PEET, 1982, p. 225). Essa compreensão do autor foi construída como crítica à posição subserviente dos geógrafos que, por décadas, haviam se submetido aos interesses do Estado, executando projetos científicos “neutros” e “isentos de posicionamento político” que, especialmente no momento inicial de institucionalização da Geografia como campo científico demarcado, contribuíram para sustentar o projeto imperialista dos Estados-nação e das burguesias que os sustentavam, sobretudo na França e na Alemanha, como se sabe, pelos trabalhos de Paul Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel respectivamente. A mesma subserviência reapareceu nos estudos de diferenciação de áreas e regionalização, utilizando métodos quantitativos que, se bem que tenham inovado do ponto de vista metodológico em relação às abordagens mais tradicionais, pouco ou nada contribuíram para a ruptura da ciência geográfica com a manutenção do *status quo*. Lacoste (1976) já havia ido mais longe que Peet quando afirmou que o conjunto de conhecimentos geográficos era, desde muito antes da institucionalização da Geografia como disciplina científica nas universidades, um elemento de sustentação da ação dos Estados no processo de dominação de territórios pelo mundo, desde as práticas de colonização grega na Antiguidade.

Nos dias atuais, mesmo com todo o avanço produzido pela Ciência, em geral, e pela Geografia, em particular, ainda é necessário ressaltar a importância de nos comprometermos radicalmente com a transformação da realidade, opondo-nos a uma produção científica “cuja função é a proteção ideológica de um sistema social e econômico dominado e controlado por uma minoria governante de seus membros” (PEET, 1982, p. 239).

Neste texto, na tentativa de construção de uma Geografia que corrobore as ideias apresentadas por Peet (1982), mas inscrevendo-a num mundo que é, de algum modo, diferente

daquele do momento em que o autor escreveu seu texto, propomo-nos a detalhar a construção de um pensamento sobre a cidade e o urbano a partir de um conjunto de temas que consideramos importantes chaves de leitura do tempo-espaço presente sem, contudo, ser exaustivos ou completos em termos de amplitude dentro da ciência geográfica e na interface com ela¹. Com isso, tentaremos avançar na construção da noção de (contra)desenvolvimento como meio de combater as desigualdades e as injustiças espaciais, além de focarmos na busca pelo direito à cidade como luta revolucionária.

Na primeira parte do texto, apresentamos um debate acerca do desenvolvimento capitalista em sua relação com o processo de urbanização. Na segunda seção, a urbanização é tomada à parte para analisarmos suas características gerais e subprocessos. A terceira parte é a que apresentamos como uma agenda de pesquisa, desdobrando o modo como estamos pesquisando temas que entendemos ajudar-nos a desvendar as contradições estruturais da sociedade e a pensar respostas práticas no seu enfrentamento, seja no âmbito da universidade, seja em ações fora dela.

2 Desenvolvimento capitalista e urbanização

O ponto central da nossa análise consiste na compreensão do capitalismo como modo de produção hegemônico à escala planetária, alicerçado na produção do espaço como garantia de sua sustentação, especialmente em suas feições urbanas (LEFEBVRE, 1973; SOJA, 1980; HARVEY, 2014). Por modo de produção, não estamos denominando apenas as formas *stricto sensu* de produzir mercadorias, mas um sistema de significações econômico-políticas e socioculturais assentado na exploração da força de trabalho, na apropriação privada da riqueza coletivamente produzida, na alienação como meio de contenção social e no desenvolvimento geográfico desigual expresso em diferentes escalas: da escala da vida quotidiana à das relações econômicas mundializadas².

O meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), caracterizado pelas artificializações do espaço e pela pulverização de artefatos tecnológicos no território, foi possibilitado por um conjunto de transformações oriundas das mudanças tecnoprodutivas da Revolução Tecnológica e pela adoção de formas flexíveis de produção (SOJA, 1993; HARVEY, 1998), que passaram a atender, de modo mais abundante e satisfatório, as demandas da sociedade de consumo (LEFEBVRE, 1999; BAUDRILLARD, 2009) neste momento em que o capitalismo se consolida em sua fase financeiro-monopolista, ultrapassando sua fase industrial³. A propulsão do processo de urbanização, pela incorporação de um cada vez maior número de territórios às lógicas urbanas capitalistas, passa a verificar-se também, e sobretudo, nos países de economia dependente, onde a sociedade de consumo se desenvolve precariamente a partir de uma urbanização espoliadora, alicerçada num desenvolvimento econômico pontual oriundo da desconcentração industrial dos países centrais e na incorporação das massas aos mercados de consumo, o que se fez em meio às muitas contradições vinculadas às explorações coloniais e imperialistas e ao fraco ou inexistente desenvolvimento de Estados de bem-estar social em regiões situadas fora do centro dominante capitalista – especialmente Europa Ocidental, Estados Unidos da América e Japão.

No fim do século XX, o capitalismo atingiu seu ápice como modo de produção dominante no mundo, promovendo desenvolvimento econômico abundante em muitas regiões e, corolariamente, empobrecimento de populações trabalhadoras, enriquecimento de uma pequena parcela das elites situadas em diferentes países e uma urbanização conflituosa que, ao mesmo tempo em que tende a instalar-se de maneira completa (LEFEBVRE, 1999), o faz sob matrizes desiguais.

A urbanização contemporânea refere-se, portanto, à produção de um modo de vida urbano, caracterizado pela incorporação do consumo como elemento balizador das relações de sociabilidade, que engloba e suplanta a produção de cidades *stricto sensu*. Para Harvey (2014), o desenvolvimento capitalista tem hoje como um dos seus motores os mercados imobiliários que, nos países centrais, promovem a renovação de áreas tradicionais nas principais cidades por meio de processos que, muitas vezes, privam as populações urbanas do acesso livre aos seus espaços de vida e, nos países periféricos, geram paisagens novas em meio à precariedade das formas urbanas pretéritas, anexando amplas áreas

tradicionalmente rurais aos mercados urbanos. Nesse interim, mesmo as áreas interioranas, de ocupação mais tardia e sem a presença de grandes metrópoles, passam a compor um mercado em potencial tanto à exploração fundiário-imobiliária urbana quanto ao desenvolvimento mais pleno da sociedade de consumo. Isso se faz por meio de um desenvolvimento agrícola baseado em grandes propriedades de monocultivo para exportação e pela integração das mais variadas formas de produção agrária às lógicas da sociedade de consumo urbana, o que torna a produção agroindustrial contemporânea tão urbana quanto a produção industrial das cidades, embora esteja situada fora destas.

Nesse sentido, é necessário entender o desenvolvimento capitalista como um processo que, por um lado, alimenta as grandes corporações econômico-financeiras por meio da drenagem da riqueza coletivamente produzida pelo trabalho assalariado e, por outro, uma forma de “des-envolver-se”, ou seja, de deixar de comprometer-se com as questões sociais fundamentais que se colocam como limites aos processos de acumulação. Essas questões sociais, que são centrais nas democracias da atualidade, baseiam suas origens na luta pela igualdade, pela liberdade e pela fraternidade, princípios iluministas contemporâneos à ideia de propriedade privada como direito fundamental constitutivo das sociedades. Isso explicita a contradição fundamental da sociedade capitalista, que produziu uma ideia de desenvolvimento inexequível, que tem se realizado, para a maioria da população mundial mais como expropriação do que como apropriação, mais como exclusividade do que como fruição coletiva.

Existe, no meio acadêmico e fora dele, um amplo debate sobre a necessidade de um desenvolvimento que englobe diferentes matrizes, buscando superar a incorreta equiparação entre crescimento econômico e desenvolvimento, conforme Lefebvre (1970) já chamava a atenção. No âmbito desse debate, diferentes formas de entender o desenvolvimento têm sido pensadas diante da impossibilidade de trabalhar com a ideia de um desenvolvimento integral, derivando o conceito para focar aspectos específicos: desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável são os derivados mais comumente vistos. Este último, inclusive, foi incorporado nas agendas oficiais em tempos de debate sobre o chamado aquecimento global e as mudanças climáticas dele decorrentes.

Não vamos, contudo, promover um amplo debate acerca das derivações do desenvolvimento, porque isso foge ao escopo deste texto. Convidamos os leitores a consultar a ampla bibliografia já publicada a respeito (por exemplo: SMITH, 1988; SACHS, 1992; WETTSTEIN, 1992; LÖWY, 1995; SOUZA, 1996, 1997; PORTO-GONÇALVES, 2004). O que nos interessa é discutir a urbanização como expressão do desenvolvimento desigual capitalista e a necessidade de superarmos o debate sobre o desenvolvimento, produzindo um tipo de (contra)desenvolvimento, que nos possibilite alcançar as transformações necessárias à superação das contradições do capitalismo.

3 A urbanização (desigual) capitalista

A realidade atual demonstra uma expansão do processo de urbanização pelo mundo e, igualmente, o aumento de todo um conjunto de problemáticas e questões que acompanham este fato. A cidade, que é a forma espacial mais característica da urbanização, embora não seja mais a única, por sua vez, tem seus sentidos definidos por seus usos e funções pela e para a sociedade.

Como se sabe, a economia capitalista pauta-se em uma série de contradições e conflitos de interesses entre os grupos sociais que ela própria diferencia, impulsionando e reproduzindo desigualdades e incrustando-as no próprio espaço geográfico. No caso brasileiro, nunca é demais lembrar que as desigualdades: i) têm origem ainda no período colonial – com relação à má distribuição de terras, ao trabalho escravo e aos subsídios à acumulação de capital –, mantendo-se na expansão cafeeira do século XIX e no planejamento do desenvolvimento industrial a partir de 1930; ii) amarram-se na estrutura fundiária injusta; e iii) sustentam-se na maneira como a elite se apropria da coisa pública (*res publica*) e influencia e se relaciona com o Estado.

O tema do desenvolvimento desigual, tão amplamente debatido na Geografia e fora dela (cf. SMITH, 1988; LÖWY, 1995; SOJA, 1993; HARVEY, 2004), é, portanto, um desafio permanente em

nossas pesquisas, devido a sua complexidade e por possibilitar diferentes leituras. Neste texto, as desigualdades socioespaciais são entendidas por meio da coexistência da pobreza e da riqueza no âmbito das contradições inerentes ao processo de produção do espaço, que “expressam formas e conteúdos da apropriação e propriedade da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista urbano” (RODRIGUES, 2007, p. 74). A análise das disparidades na distribuição da renda, do acesso à moradia e aos serviços públicos de saúde, transportes, educação etc. é fundamental para a compreensão dessas desigualdades.

As desigualdades socioespaciais reafirmam a existência de classes sociais, assim como as diferentes maneiras de produção e apropriação do espaço urbano. Isso significa que há classes dominantes que monopolizam a produção do espaço⁴ porque detêm uma considerável parte de recursos econômicos e políticos que lhes permite a apropriação e a fragmentação do espaço da maneira que mais lhes beneficia, o que significa a produção desproporcional de benefícios para um pequeno grupo e a diminuição de oportunidades e direitos para uma maioria.

Isto bem demonstra como a produção do espaço urbano é permeada por uma diferenciação socioespacial resultante de processos de distribuição desigual de riquezas, recursos e serviços nas cidades – processos que são complementados pela distribuição desigual de capitais simbólicos entre os diferentes segmentos sociais e seus respectivos espaços. Esta distribuição desigual, no âmbito da produção do espaço urbano, é alimentada em grande parte das vezes pelos diversos tipos de “parcerias” estabelecidas entre o Estado e a iniciativa privada, como bem demonstram Fix (2001) e Botelho (2007) ao destacarem que as ações dos agentes imobiliários e do poder público, expressão dos interesses capitalistas, produzem espaços desiguais e de segregação, sob a justificativa da modernização e do progresso.

É, pois, necessário compreender as dinâmicas inerentes à urbanização e suas características atuais, tendo como foco os problemas socioespaciais que se manifestam nas cidades. A produção do espaço urbano ocorre a partir de múltiplas determinações, entre ação do Estado e iniciativa privada, interesses coletivos e interesses individuais, grupos de cidadãos com maiores recursos para acessar determinados serviços e outros praticamente à margem do processo. Tais contradições dinamizam e tensionam permanentemente as cidades, numa relação de forças em que prevalecem, ao que tudo indica, os interesses diretos daqueles que detêm poder econômico e político e desejam mantê-lo. É certo que esta prevalência de interesses gera conflitos, resistências e embates políticos nos quais “as mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar as desigualdades espaciais, tornando-as possibilidade de mudança com direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida” (RODRIGUES, 2007, p. 78).

Disso, denota-se que o atual estágio do processo de urbanização distingue-se fortemente pelas lógicas socioeconômico-culturais capitalistas e pelas posturas políticas neoliberais, que delineiam as bases da produção das cidades e das experiências quotidianas. Nesse sentido, o valor de troca – ligado à obtenção crescente de lucros para fins de acumulação privada – sobrepõe-se ao valor de uso – associado à dimensão da realização da vida a partir de matrizes mais solidárias – na definição das estratégias das empresas privadas, das políticas estatais e das práticas dos cidadãos que interagem na produção/apropriação dos espaços urbanos. Desse modo, os interesses privilegiados no contexto da urbanização capitalista tendem a ser, sobretudo, os interesses dos grandes capitais econômico-políticos, o que significa que parcelas da população ficam à margem das decisões acerca de suas cidades, conforme já ressaltamos.

Como expressão disso, é possível reconhecer, no âmbito da generalização, que as cidades capitalistas se configuram como espaços fortemente desiguais, nos quais os segmentos mais pobres são relegados às áreas com menos infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos enquanto os segmentos mais ricos ficam nas áreas mais servidas, mesmo que isso precise ser relativizado se considerarmos cidades de diferentes dimensões e papéis e produzidas a partir de formações socioespaciais distintas. Em muitos casos, a expressão espacial da desigualdade capitalista não pode

ser notada na escala da própria cidade – como em cidades muito pequenas ou situadas em regiões mais abastadas –, mas não deixa de se realizar se comparamos diferentes regiões. Roma (2008) já havia chamado a atenção para aspecto semelhante ao desenvolver a ideia de segregação socioespacial interurbana quando pesquisou o contexto de cidades pequenas do interior paulista.

Sendo assim, as cidades expressam espacialmente a divisão de classes que está no cerne do próprio capitalismo. No entanto, as cidades não são apenas produto deste modo de produção. O próprio processo de urbanização é um elemento ativo na sustentação do capitalismo, como ressaltam Lefebvre (1999) e Harvey (2014). Temos que entender, então, que a produção e consumo do espaço urbano integram o processo geral de reprodução das relações capitalistas, como evidencia Lefebvre (1973, p. 116):

[...] não é somente a sociedade inteira que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não apenas dos meios de produção), mas é o espaço inteiro. Ocupado pelo neocapitalismo, setorializado, reduzido a um meio homogêneo e, portanto, fragmentado, esmigalhado (só as migalhas do espaço são vendidas às “clientelas”), o espaço se torna a sede do poder (tradução nossa, grifos do autor).

O mercado imobiliário que tende a criar modelos globais, os grandes investimentos em infraestruturas e a ação dos agentes financeiros fomentando projetos urbanos, por exemplo, são aspectos que permitem a absorção e reprodução dos capitais e, portanto, de todo o sistema social alicerçado na lógica capitalista.

Sobre esse aspecto, Botelho (2007) evidencia que a integração entre o capital financeiro e o capital imobiliário aumenta o poder capitalista sobre a cidade, gerando um aprofundamento da separação espacial entre os distintos segmentos sociais e uma diminuição das áreas de convívio entre eles. Nesse sentido, o autor afirma que:

Ao mesmo tempo em que a distância em quilômetros entre ricos e pobres diminui, a distância socioeconômica aumenta, e as barreiras que impedem o convívio entre as distintas classes sociais tornam-se onipresentes nos shopping centers, condomínios fechados e fortificados, nas áreas de lazer exclusivas para um determinado grupo social, etc. (BOTELHO, 2007, p. 15).

Deste modo, a centralidade dos interesses capitalistas na produção do espaço urbano produz também, no plano do cotidiano, uma série de processos que dão novos significados às práticas espaciais dos cidadãos, a partir da acentuação das desigualdades e das estigmatizações. Os processos de diferenciação, segmentação, segregação e fragmentação desenvolvem-se e combinam-se, em maior ou menor intensidade, em cidades de diferentes dimensões e papéis na rede urbana.

As desigualdades, quando acentuadas, geram estigmatizações dos moradores de determinadas áreas da cidade, sobretudo daqueles pertencentes aos segmentos sociais mais pobres, o que alimenta a busca pela não convivência nos espaços urbanos com os “diferentes”. Nesse contexto, é importante ressaltar que a diferenciação socioespacial é um processo inerente à constituição de todas as cidades, antes mesmo do capitalismo, posto que ela resulta da divisão social e territorial do trabalho que se expressa no plano do espaço, revelando uma organização social mais complexa, que gerou historicamente uma diferenciação espacial entre cidade e campo e entre centro e periferia, por exemplo.

Já o processo de segregação constitui também uma forma de diferenciação socioespacial no que se refere à dimensão residencial, podendo ter como origem uma clivagem política, religiosa, étnica, econômica, etc. No entanto, o processo de segregação residencial é mais perverso e vai além da diferenciação, pois se assenta em separações bem mais delimitadas, incluindo um componente simbólico, no plano das cidades.

Desse modo, consideramos que o processo de segregação socioespacial está intimamente ligado à sociedade capitalista, marcada, cada vez mais, pelos conflitos e pela estratificação social, dividindo e separando espaços e pessoas. Nesse sentido, Sposito (1996, p. 74) ressalta que:

A segregação espacial pode ser compreendida como resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espços, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano.

Saraví (2008) analisa a relação entre as dimensões objetiva e simbólica da segregação e também afirma que a segregação socioespacial pode ser entendida como uma dimensão específica de um processo geral de diferenciação social. O autor privilegia dois temas para analisar o processo na Cidade do México: a sociabilidade urbana e a dimensão simbólica da segregação.

A sociabilidade refere-se, precisamente, à problematização da relação e interação com os “outros”, e isto faz referência ao mesmo processo de construção da “alteridade”, sua naturalização que a faz pertencer à “ordem das coisas” e expressar-se em aspectos empiricamente reconhecíveis, mas também as formas e atitudes para o encontro e o desencontro com o outro (SARAVÍ, 2008, p. 96, tradução nossa).

O autor define a dimensão simbólica tomando como referência Barbosa (2001), para quem:

Os determinantes simbólicos se referem tanto aos padrões culturais como aos elementos psicológicos que afetam os processos de segregação espacial através das percepções sobre os indivíduos e as identidades coletivas. Esses determinantes atuam tanto em grupos que pretendem segregar-se, seja porque os veem como algo favorável para defender-se coletivamente, seja porque os veem como símbolo de *status*, como também em grupos que induzem a segregação de outros, aos que consideram não desejáveis (BARBOSA, 2001, p. 12 apud SARAVÍ, 2008, p. 98, tradução nossa).

A partir disso, podemos considerar que os temas da sociabilidade urbana e a dimensão simbólica da segregação se sobrepõem. Para se analisar a produção do espaço urbano por meio da segregação e, mais além, da fragmentação socioespacial, oriundos estes dois processos da intensificação das desigualdades, é preciso entender que os laços de sociabilidade são cada vez mais afrouxados ao passo que os grupos sociais buscam, sempre que possível, deixar de conviver quotidianamente, seja pela via da escolha – no caso daqueles que são detentores de maiores recursos financeiros e que, por exemplo, optam por morar em condomínios fechados –, seja pela via da falta de alternativa – os moradores de áreas precárias que não possuem recursos para pagar por altos preços em outros locais da cidade.

Conforme a sociabilidade entre os grupos se torna menos densa, tal fato contribui para que apareçam diferentes maneiras de as pessoas construírem suas visões de mundo que influenciarão diretamente nas suas práticas espaciais. Caldeira (2000, p. 259) explicita isso ao descrever que:

Aqueles que escolhem habitar esses espaços [fechados] valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves fortificados conferem *status*. A construção de símbolos de *status* é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para afirmação de distância e desigualdades sociais.

O número de condomínios fechados aumenta em função de vários elementos que permeiam as mentalidades daqueles que os habitam: a questão da “segurança”, o “*status*” social, o “conviver entre iguais”, a “qualidade de vida”, o “conforto” etc. Em contraponto, nas áreas mais empobrecidas das cidades, muitas das quais ladeiam os condomínios, os moradores e seus espaços de vivência são estigmatizados em função de sua condição social. Muitas vezes, o próprio morador da periferia, em função desta estigmatização, acaba por não frequentar certos locais porque existem barreiras simbólicas que o impedem e o levam a uma postura nem sempre questionadora.

É preciso considerar, portanto, que a urbanização atual, de fundo capitalista, requalifica os processos de diferenciação e de segregação socioespacial, colocando em pauta um novo processo que congrega os outros dois, complexificando a configuração das cidades: a fragmentação socioespacial. Colocando de outra forma, podemos afirmar:

[...] que de um contexto em que as diferenças eram de alguma forma conciliadas, mesmo que sempre demarcadas, fomos caminhando para cidades que negam as relações de alteridade e que, por meio da reafirmação de estigmas socioespaciais, tendem ao isolamento extremo dos diferentes em distintos tipos de enclaves e também à homogeneização dos contatos sociais (MAGRINI, 2013, p. 370).

A fragmentação socioespacial se configura assim como um processo complexo que resulta na quebra da organicidade material e simbólica das cidades que passam a ser produzidas e apropriadas a partir de práticas de fechamento e de evitamento entre os diferentes segmentos sociais (CATALÃO e MAGRINI, 2016). As lógicas fragmentárias não podem ser entendidas somente a partir da divisão dual da sociedade em ricos e pobres, visto que as práticas de enclausuramento, pautadas em barreiras físicas ou simbólicas, perpassam os diferentes grupos sociais, produzindo enclaves socioespaciais de conteúdos distintos, como os loteamentos fechados que podem ser tanto de alto como de médio e médio baixo padrão. A percolação destas lógicas privatistas e segmentadoras para os cidadãos de forma geral atua na corrosão dos laços sociais e da ideia de cidade como um espaço coletivo e de partilha, o que faz com que as desigualdades socioespaciais intrínsecas ao capitalismo sejam agudizadas no plano cotidiano.

Desse modo, as cidades produzidas sob a lógica do desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que possuem os espaços “vitrine” – produzidos para serem símbolos da pujança econômica e do progresso –, apresentam em seu reverso os espaços de espoliação constantemente invisibilizados por meio de diferentes estratégias. Nesse contexto, a discussão e a requalificação do direito à cidade se tornam centrais para o estabelecimento de um outro tipo de urbanização que se ancore em padrões mais solidários e que permitam sinergias que possam questionar e subverter o projeto capitalista.

4 Urbanização e (contra)desenvolvimento: em busca da requalificação do direito à cidade

Se, como vimos, o desenvolvimento capitalista realiza-se materializando os interesses acumulativos dos grandes grupos econômico-financeiro-políticos e o desenvolvimento da urbanização tem ocorrido de forma a corroborar esse processo, espoliando as massas trabalhadoras mesmo que, contraditoriamente, lhes tenha proporcionado alguma forma de inclusão por meio do consumo (MAGRINI e CATALÃO, 2017), é fundamental propor uma leitura que dê conta da contradição como elemento de superação dos limites impostos. Nesse sentido, aventamos, inspirando-nos em Wettstein (1992), que a busca por um (contra)desenvolvimento é o elemento-chave não só para analiticamente compreendermos a produção do espaço contemporâneo como também para identificarmos possibilidades emancipatórias e libertadoras⁵. Não significa abrir mão, por completo, do conceito de desenvolvimento, porque isso levaria à ruptura com nossos interlocutores e possíveis interessados em nossas ideias. Trata-se, antes disso, de denunciar que o conceito de desenvolvimento foi capturado pelo capitalismo e, portanto, só o (contra)desenvolvimento seria um caminho possível de mudança da realidade, utópico como diria Lefebvre (1999).

Com a ideia de (contra)desenvolvimento, estamos, primeiramente e de modo proposital, sustentando uma oposição crítica à compreensão do desenvolvimento capitalista como forma harmônica de promover a melhoria geral das condições de vida das populações pela identificação das impossibilidades de isso se efetivar, como supra-apontado. Em segundo lugar, trata-se de reforçar o conjunto de proposições, às vezes demasiado distópicas, a respeito do direito à cidade (LEFEBVRE, 2006). Defendemos seu reposicionamento no plano do possível, uma u-topia, conforme defende Lefebvre (1999), uma compreensão de que o direito à cidade só pode ser pensado a partir de uma vida urbana renovada (LEFEBVRE, 2006; CATALÃO, 2010), entendida nos termos de uma revolução das práticas, dos costumes, dos hábitos, dos valores, dos imaginários e do modo de vida. Por fim, significa trabalhar na construção de uma justiça espacial (SOJA, 2010) que possa ser entendida como “uma prática que consiste em forjar sujeitos que resistam à lógica empresarial, recusem o autoritarismo moral e repolitizem as desigualdades sociais”, como aponta Brawley (2009, p. 25, tradução nossa). Entendemos, na direção de Catalão (2013, p. 157) que:

[...] a noção de justiça espacial nunca foi fundante de uma lógica espacial – seja de produção, seja de apropriação – que resultasse numa configuração espacialmente justa das aglomerações. Processos de segregação, marginalização e de reforço das desigualdades sempre estiveram por trás das lógicas de produção do espaço.

A proposta de congregar urbanização, (contra)desenvolvimento e direito à cidade se concatena com outras perspectivas teóricas que vêm sendo construídas a partir de diferentes vieses, mas que possuem em comum a compreensão de que é necessário buscar novas bases para a produção do espaço urbano e para a constituição dos laços de sociabilidade nas cidades, que levem em conta princípios mais solidários e emancipadores, ao mesmo tempo em que se reconhece que o arcabouço teórico-metodológico-conceitual deve ser atualizado e reconstruído, tanto para acompanhar as mudanças da realidade quanto para fomentar as próprias transformações.

Um dos autores que contribui para essas reflexões é Harvey (2014) que, dialogando com a obra de Lefebvre e em certo sentido atualizando-a, entende que a reivindicação do direito à cidade é um caminho revolucionário de luta anticapitalista que busca o direito de poder pensar e transformar a cidade atual coletivamente, sem as hierarquias e interdições próprias da sociedade capitalista. Desse modo, o autor, diante das tensões imbricadas no cotidiano das cidades, entende que uma nova forma de humanidade deve ser construída para que possa existir uma nova forma de vida urbana mais igualitária e justa. Assim, nessa concepção, a construção do direito à cidade só pode instituir-se a partir de conteúdos radicais de rebeldia e de empoderamento que nos conduzirão a uma nova conjunção civilizacional no âmbito de uma revolução urbana (LEFEBVRE, 2000).

Outra contribuição é dada por Souza (2015) que problematiza o pensamento de Lefebvre acerca do direito à cidade a partir dos marcos de uma teoria libertária. Para ele, apesar das imprecisões e lacunas existentes tanto na ideia original lefebvriana quanto nas apropriações mais atuais feitas dentro e fora do meio acadêmico, é importante continuar construindo essa ideia. O direito à cidade, para o autor, deve se pautar na práxis emancipatória centrada nos movimentos e nas diferentes formas de resistência anticapitalista que, a partir da autonomia, criem territórios dissidentes no âmbito das cidades, por meio de práticas espaciais insurgentes que demonstrem a existência de uma sociedade instituinte frente a uma sociedade instituída.

Podemos ressaltar também o trabalho de Holston (2013) que, apesar de não tratar diretamente da construção do direito à cidade, aborda uma dimensão essencial para a sua reivindicação – a cidadania. A ideia do autor é a de que os mais entrincheirados regimes de cidadania desigual – aquela que se baseia na distribuição desigual de privilégios legalizados – podem ser desconstruídos a partir de movimentos criadores de uma cidadania insurgente, que se paute em ações na contramão da política institucionalizada, ou seja, que se constituam como uma contrapolítica desestabilizadora.

Esses são apenas alguns exemplos de perspectivas teóricas a partir das quais enxergamos a necessidade de debatermos acerca da ideia de (contra)desenvolvimento no âmbito da urbanização contemporânea, cujo eixo central de análise e de capacidade transformadora se encontra na reconstrução do direito à cidade como luta emancipatória.

Entendemos que, no plano da análise dos espaços urbanos, um caminho conceitual importante diz respeito à requalificação da ideia de direito à cidade frente às características do atual estágio do processo de urbanização e sua contextualização para as diferentes realidades urbanas, considerando-se, para isso, as dimensões e os papéis das cidades assim como suas inserções nas distintas formações socioespaciais. Isso poderia auxiliar a superar as análises centradas nas grandes cidades, especialmente em contextos metropolitanos, possibilitando abarcar uma complexidade de processos, de modo a ampliar a escala de análise.

Nesse sentido, a construção de uma agenda de pesquisas deve, forçosamente, considerar uma miríade entrecruzada de temas centrados na construção revolucionária do direito à cidade e na busca por uma justiça espacial focada:

- no desvendamento da problemática do processo de fragmentação socioespacial e na denúncia de práticas exclusivistas que contribuem para explodir o princípio republicano (*res publica*) da vida urbana, tendo em vista que o próprio desenvolvimento da sociedade a partir de formações coletivas e públicas tem na cidade, desde Çatal Hüyük, seu motor (SOJA, 2008);
- na compreensão da urbanização como processo que engloba e extrapola as cidades, ganhando uma dimensão regional e mundial, o que exige de nós a mudança das lentes analíticas sob o risco de não sermos capazes nem de explicar o mundo, nem de, por conseguinte, propor alternativas aos seus conflitos;
- na análise das políticas voltadas para a minoração das desigualdades sociais, especialmente no Brasil, país cujas estruturas foram construídas sobre uma base desigual e injusta que tem perpetuado uma valorização das potencialidades do território, entendido como dado ou recurso, em detrimento do povo, considerado torpe e indolente (MORAES, 2000). Isso significa adotar uma postura dialética, que seja capaz de entender que as políticas, ao mesmo tempo que têm buscado combater as desigualdades, podem, coralarmente, reforçá-las sob outras matrizes (LINDO, 2015), porque o Estado tem se mostrado, cada vez menos, a arena possível para coordenar a mudança social;
- na incorporação de temas novos, voltados para as invisibilizações produzidas ao longo de nossa história, como o papel subalternizado da mulher e a necessidade de se rediscutir a construção do gênero como um aspecto da norma espacial (VOYCE, 2006), o que nos obrigará a debater a respeito dessa norma, inclusive resgatando experiências urbanas históricas em sociedades matriarcais e menos violentas, como as da antiga região da Anatólia (SOJA, 2008);
- na valorização da imaginação geográfica e da dimensão espacial como filtro primordial, mas não unívoco, de nossa visão sobre o mundo. Essa valorização necessita de cada vez mais ênfase, porque, como afirma Soja (1993), no mundo presente, é o espaço a dimensão capaz de nos ocultar as contradições assim como de no-las revelar.

Os temas podem, portanto, desdobrar-se conforme segue:

- A análise dos aspectos fundamentais da sociedade urbana e da sociedade de consumo, a partir do seu desenvolvimento no Brasil, em geral, e nalgumas cidades, em particular, centrando-nos na compreensão do modo como ocorre nesses espaços o desenvolvimento capitalista e na maneira como, em decorrência, são produzidas as desigualdades, especialmente pelo desenvolvimento de processos de segregação e fragmentação socioespacial. Dentro desse debate, o consumo é trabalhado como elemento de alienação e como fator de integração na sociedade, tentando encontrar as possibilidades de realização do direito à cidade a partir de elementos quotidianos banais, especialmente para segmentos socioeconômicos mais empobrecidos (MAGRINI e CATALÃO, 2017);

▪ De maneira complementar, propomos a necessidade de compreender o papel da insegurança urbana enquanto elemento intensificador do processo de fragmentação socioespacial, no contexto da requalificação das desigualdades a partir da estigmatização dos grupos sociais tidos como violentos: pobres, negros, nordestinos, índios etc., e do consequente evitamento da partilha de seus espaços e da recusa dos possíveis contatos nos espaços públicos, sob a lógica do crescente imaginário das cidades inseguras (MAGRINI, 2013). Desse modo, práticas espaciais de enclausuramento e controle, como por meio da utilização de sistemas de monitoramento, cercas elétricas, concertinas e vigilância privada e a produção/apropriação de espaços como os loteamentos fechados e shopping centers, por exemplo, contribuem para o esfacelamento da unidade do espaço urbano, o que implica em entraves à constituição do direito à cidade, que pressupõe a congregação de interesses comuns aos cidadãos de forma ampla. A partir disso, propomos a construção de solidariedades urbanas, centradas no respeito da valorização da diferença (LEFEBVRE, 1970; CATALÃO, 2013), para o resgate da comunalidade histórica da cidade;

▪ O debate político comparece na preocupação com as formas de combate às desigualdades em cidades a partir da atuação do Estado brasileiro por meio das políticas sociais, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e dos programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida. Interessa-nos enxergar o território como dimensão espacial a ser potencializada na busca pelo direito à cidade a partir, primeiro, da denúncia das incoerências e insuficiências na execução das políticas, provavelmente em função dos limites postos pelo desenvolvimento capitalista, como já ressaltado, e, segundo, pela identificação das possibilidades apontadas por essas políticas no sentido de apontar como elas se configuram em maneiras de se pensar um (contra)desenvolvimento;

▪ A preocupação com a urbanização da sociedade (LEFEBVRE, 1999) ou extensiva (MONTE-MÓR, 2004) leva-nos a analisar a produção do urbano para além da escala da cidade sem, contudo, abandoná-la. Trata-se de entender a urbanização do território e da vida a partir da incorporação da agricultura tecnificada e de grandes equipamentos pela dinâmica urbana, porque cumprem o papel de abastecer a sociedade de consumo no âmbito da difusão de um modo de vida urbano;

▪ As invisibilizações devem ser desvendadas a partir da captura dos sentidos óbvios e obtusos (BARTHES, 1990) da tessitura urbana das cidades a partir do registro e da divulgação de imagens que deem destaque para lugares e paisagens despercebidos ou desvalorizados pelos cidadãos de forma a se construir um reconhecimento espacial no âmbito de uma visão crítica. A “cidade não vista”, em sentido metafórico, busca a apreensão de diferentes elementos urbanos que possibilitem, a partir de um olhar mais atento, desvendar seus significados e corroborar na construção do direito à cidade como algo a ser construído quotidianamente;

▪ A valorização do espaço público como arena de realização da vida urbana, como lugar de convívio, sociabilidade e disputa política fecha esta agenda, porque não é possível entender a cidade sem desvendar os ritmos e dinâmicas do espaço público e, mais do que isso, sem encontrar estratégias de sua revalorização como possibilidade de construção não apenas de uma nova cidade como de uma nova sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Não há razões para fazer considerações finais, porque não há nada a fechar neste texto, que é uma proposta de abertura. O que apresentamos foi um modo de enxergar o mundo a partir do urbano e do espaço no âmbito do desenvolvimento capitalista, visando esclarecer contradições e construir uma análise crítica capaz de dar conta dos objetos e sujeitos com os quais lidamos em nossas atividades de pesquisa.

Estamos realizando pesquisas que permitam, além de um posicionamento crítico diante da realidade, a produção de sinergias capazes de transformá-la. Isso exige uma responsabilidade intelectual na escolha dos temas a serem estudados, mas também exige um comprometimento com a produção de um conhecimento que seja emancipador, que extrapole a universidade e comprometa a

ciência com a vida, com o cotidiano, com as pessoas e com seus espaços, requalificando a relação dialética entre práxis e teoria, ou seja, “práxica” como propõe Souza (2015).

Estas considerações transitórias servem, portanto, ao propósito de não deixar os leitores no vazio da conclusão de um texto inacabado, que é a expressão de um pensamento inacabado que estamos construindo em nossa trajetória acadêmica, especialmente a partir dos projetos e dos fomentos que sustentam a investigação científica. As inúmeras lacunas presentes servem de pistas investigativas para pesquisas futuras.

NOTAS

¹ As reflexões que apresentamos são oriundas das nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em especial aquelas vinculadas aos projetos *Urbanização e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos* (2014-2017), financiado pelo CNPq, *Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo* (2012-2017), financiado pela FAPESP, *Urbanização e hibridação sacionatural em contextos hidrelétricos* (2016-2018), financiado pela FAPESP, *Fragmentação Socioespacial e direito à cidade em contextos não metropolitanos*, financiado pela FAPEMIG (2016-2017) e *Olhares que contam a “cidade não vista” de Erechim* (2016-2017), financiado pela UFFS, além de várias atividades do *PET Geografia/FACIP*, financiado pela UFU.

² Embora globalização seja um termo corrente, uma tradução automática do termo *globalisation* em inglês, consideramos mais adequado tratar de uma mundialização em função da carga de conteúdo que a palavra mundo carrega em português, carga esta que a palavra globo não apresenta. O termo globalização, segundo Osorio (2014), tende a homogeneizar o mundo, apagando a diversidade de espaços e relações que a palavra mundialização, por outro lado, tende a reforçar.

³ Entendemos, acompanhando Soja (1993, 2008), que o capitalismo é um modo de produção que tem se desenvolvido historicamente pelas transformações geradas por processos de reestruturação que o colocam em novas fases de acumulação. Em cada nova fase, ele mantém a lógica de acumulação oriunda do processo industrial, normalmente acentuando-a graças às mudanças tecnológicas, porém, na nova fase de desenvolvimento, o modo de produção incorpora novas ou amplifica antigas formas de acumulação, que é o que passou a ocorrer após a III Revolução Industrial ou Tecnológica, quando a feição financeiro-monopolista ganhou preponderância graças à informatização dos sistemas bancários.

⁴ Por monopolizar não estamos nos referindo à posse absoluta de estoques de terras e imóveis, mas à capacidade econômica, política e simbólica que as classes dominantes têm para tomar decisões na cidade que afetam a vida de todos e que, em geral, coloca os pobres em condição de vulneráveis.

⁵ Em seu livro, Wettstein (1993) faz uma análise crítica do desenvolvimento capitalista e apresenta, na conclusão, a retomada de 12 princípios do diplomata brasileiro João Frank da Costa (1978) que, sustentado pela defesa de uma visão otimista e esperançosa, apresenta tudo o que não corresponde à realização atual do desenvolvimento e que nos inspirou a defender a necessidade de um (contra)desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos colegas (estudantes e pesquisadores) do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Região, Urbanização e Desenvolvimento (Nerud), que têm contribuído para fecundar nossa imaginação geográfica, de modo especial aqueles que leram as versões preliminares deste texto e debateram conosco seu conteúdo. Agradecemos também às Universidades Federais da Fronteira Sul

(UFFS) e de Uberlândia (UFU), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), às Fundações de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), à Pesquisa Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), pelo fomento aos projetos em financiamentos e bolsas que tornam possível a atividade de pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, 2001.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAUDRILLARD, Jean. **La sociedad de consumo: sus mitos, sus estructuras**. Madrid: Siglo XXI, 2009.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, 2007.

BRAWLEY, Lisa. La pratique de la justice spatiale en crise. **Justice Spatiale/Spatial Justice**, Paris, n. 1, p. 9-34, set. 2009.

CALDEIRA, Tereza. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.

CATALÃO, Igor. **Brasília, metropolização e espaço vivido: práticas espaciais e vida quotidiana na periferia goiana da metrópole**. São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora UNESP, 2010.

_____. **Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba**. 2013. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon.

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Can consumption mediate the right to the (fragmented) city? **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 7, n. 1, p. 19-32, jan./jun., 2016.

COSTA, João Frank da. Los doce imperativos del desarrollo. **El correo** (UNESCO), Paris, nov. 1978.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão**. São Paulo: Boitempo, 2001.

HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad: investigación sobre los orígenes del cambio cultural**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LACOSTE, Yves. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: François Maspero, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Le manifeste différentialiste**. Paris: Gallimard, 1970.

_____. **La survie du capitalisme**: la re-production des rapports de production. Paris: Anthropos, 1973.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

_____. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Uma crítica geográfica ao conceito de território na PNAS**: por um diálogo entre Geografia e Serviço Social. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2015 221 f.

LÖWY, Michael. La théorie du développement inégal et combiné. **Actuel Marx**, Paris, n. 18, p. 111-119, 1995.

MAGRINI, Maria Angélica. **Vidas em enclaves**: imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2013. 488 f.

MAGRINI, Maria Angélica; CATALÃO, Igor. Del derecho al consumo al derecho a la ciudad: contradicciones y convergencias. **Eure**, Santiago, v. 43, n. 130, p. 25-46, set. 2017.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **Modernities in the jungle**: extended urbanization in the Brazilian Amazonia. 2004. 378 p. Tese (Ph.D. in Urban Planning) – School of Public Affairs, University of California, Los Angeles.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000.

PEET, Richard. O desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982 [1977]. P. 225-254.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2008. 144 f.

SACHS, Wolfgang (Ed.). **The development dictionary**: a guide to knowledge as power. Londres: Zed Books, 1992.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SARAVÍ, Gonzalo. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. **Eure**, Santiago, v. 34, n. 103, p. 93-110, dez. 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **Postmetrópolis**: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

_____. **Seeking spatial justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

_____. **The socio-spatial dialectic**. Annals of the Association of American Geographers. Washington, DC, 1980, p. 207-225.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul/dez, 1996.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 13-35, jul/dez, 1997.

_____. Dos espaços de controle aos territórios dissidentes. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: GAsPERR, 1996. P. 111-126.

VOYCE, Malcolm. Shopping malls in Australia: the end of public space and the rise of ‘consumerist citizenship’? **Journal of Sociology**, The Australian Sociological Association, v. 42, n. 3, p. 269-286, 2006.

WETTSTEIN, German. **Subdesenvolvimento e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1992.

Data de submissão: 28.04.2017

Data de aceite: 25.09.2018

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.